

### 3

## A “Era das Migrações” e suas transformações

A “Era das Migrações” é a expressão proclamada pelos teóricos das migrações Stephen Castles, Hein de Haas e Mark J. Miller (1993, 1998, 2003, 2009, 2014) para identificar a atual conjuntura migratória no mundo. São autores da obra “A Era das Migrações: Movimentos Populacionais Internacionais no Mundo Moderno”, já em sua quinta edição desde a primeira publicação, em 1993. Esta importante produção para os estudos sobre migrações versa sobre como as migrações internacionais contemporâneas têm modificado sociedades: para estes autores as sociedades de origem e destino sofrem transformações com o advento das migrações. Ao mesmo tempo, entendem que as mudanças econômicas, políticas e culturais em curso na atualidade têm transformado os padrões migratórios.

*What areas of social life do migration patterns, global or otherwise, intertwine with and transform? Much of literature on migration focuses on the movement of labour. Yet what we are describing, first and foremost, is the movement of peoples, not labour; even if, more often than not, their labour has been the key to their movements (HELD et al, 1999: 285).*

Afinal, o que difere o “hoje” do “ontem” na temática migratória? São seis as principais transformações e tendências das migrações na contemporaneidade identificadas pelos autores, a saber: i. a globalização das migrações; ii. a mudança de direção dos fluxos migratórios dominantes; iii. a diferenciação das migrações; iv. a proliferação da transição da migração; v. a feminização da migração laboral; e vi. a crescente relevância política das migrações.

Reconhecendo a importância de cada uma das tendências supracitadas para o presente trabalho, afinal correspondem a mudanças que têm afetado de maneira geral (apesar de não homogênea) os fluxos migratórios contemporâneos, foram selecionadas para um estudo mais aprofundado duas fundamentais tendências das seis indicadas, as quais estão mais diretamente relacionadas aos pressupostos aqui

defendidos e uma tendência que não é indicada pelos autores foi acrescentada à nossa análise.

Na contemporaneidade, as migrações internacionais correspondem a um fenômeno global, possuem centralidade nas políticas doméstica e internacional e importantes consequências sociais e econômicas. A globalização das migrações corresponde à primeira tendência da atual era das migrações a ser investigada no presente capítulo. Não somente devido à diversificação dos fluxos ao redor do mundo (CASTLES; HAAS; MILLER, 2014: 12), mas compreende-se que as migrações se globalizaram devido a alguns dos fatores que as impulsionam estarem operando, também, a nível global.

Assim, como importante premissa, entende-se que o fenômeno migratório é condicionado de maneira particular na contemporaneidade devido às transformações estruturais econômicas, sociais e políticas que envolvem a história da globalização, bem como o processo que abrange a sua proliferação ao redor do mundo de maneira tão desigual, fatores que influenciam diferenciadamente e diretamente a mobilidade humana nos dias de hoje (CASTLES; MILLER, 1993; CASTLES; HAAS; MILLER, 2014; SASSEN, 1988; PORTES, 1995).

Milhões de pessoas têm buscado trabalho fora de seus países de origem. Para os chamados países subdesenvolvidos, as migrações internacionais correspondem a um aspecto fundamental da crise social em que se encontram, acompanhada pela integração com um mundo cada vez mais modernizado, mercantilizado e globalizado. Para muitos dos países latino-americanos os efeitos da globalização neoliberal têm sido ainda mais perversos, pois acentuaram as condições de dependência, desigualdade e insegurança social, e estes efeitos são fundamentais para compreender a vinda (e permanência) massiva de bolivianos/as na metrópole paulistana.

A reiterada relevância das migrações nas últimas décadas não significa que o fenômeno seja novo: *“indeed, human beings have always moved in search of new opportunities, or to escape poverty, conflict or environmental degradation”* (CASTLES; HAAS; MILLER, 2014). No entanto, as migrações ganharam características novas com a expansão europeia no século XIV e com a Revolução Industrial do século XIX, as quais significaram um fluxo massivo de transferência de população de áreas rurais para áreas urbanas e transfronteiriças.

Um ponto alto foram as migrações em massa da Europa para a América do Norte desde meados do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, entre 1846 e 1939, cerca de 59 milhões de pessoas deixaram a Europa, principalmente para áreas de assentamento no Norte e do Sul, Austrália, Nova Zelândia e África do Sul (Stalker, 2000:9). Alguns estudiosos chamam isso de ‘idade da migração em massa’ (Hatton e Williamson, 1998) e argumentam que estes movimentos internacionais foram ainda maiores que os de hoje (CASTLES; HAAS; MILLER, 2014: 5, tradução nossa).

Hoje assumem outras características e alguns desafios. O primeiro deles é aquele posto pelos movimentos migratórios à própria soberania estatal,

[...] especificamente à sua habilidade de regular o movimento de pessoas que atravessam suas fronteiras [...] Enquanto muitos governos aboliram os controles de saída do passado, os esforços dos governos para regular a imigração está em um ponto mais alto e envolvem intensa diplomacia bilateral, regional e internacional (CASTLES; HAAS; MILLER, 2014: 6, tradução nossa).

Um segundo desafio diz respeito ao transnacionalismo: como as pessoas se tornam mais móveis, muitas delas adotam relações econômicas e sociais em duas ou mais sociedades de uma só vez. As migrações internacionais são uma dinâmica central dentro da globalização. Com a globalização,

[...] novas formas de interdependência, as sociedades transnacionais e a cooperação internacional em matéria de migrações estão transformando rapidamente a vida de milhões de pessoas e inextricavelmente tecendo o destino dos Estados e sociedades” (CASTLES; HAAS; MILLER, 2014: 6, tradução nossa).

Por último, analisamos a concentração cada vez maior de imigrantes em grandes centros urbanos. As chamadas “cidades globais” (SASSEN, 1998) vêm recebendo contingentes consideráveis de população, e alguns elementos nos ajudam a entender porque hoje observamos esse fenômeno. As cidades globais, correspondem a territórios “desnacionalizados”, pois fogem do controle exclusivo do Estado. Ao contrário da “morte do Estado”, nos deparamos com uma participação estatal que privilegia autoridades estatais privatizadas e desnacionalizadas. Isso indica que, nas cidades globais, os Estados nacionais não representam a única fonte de poder dominante na nova ordem institucional. E a produção de subjetividades torna-se condicionada a esta realidade. As subjetividades passam a ter que incorporar certa dose de flexibilidade para lidar

com o “novo”: novas tecnologias, novos produtos, novos paradigmas, novos hábitos.

A mudança de direção dos fluxos migratórios dominantes é uma tendência que em muito explica os fluxos migratórios contemporâneos recepcionados pelo Brasil. Com a Crise Econômica Global que se inicia em 2008, emergiram novas tendências migratórias, ou melhor, ressurgiram antigas tendências: gregos/as, italianos/as e irlandeses/as migrando em direção à Alemanha e Austrália; portugueses/as para o Brasil; espanhóis/olas para a América Latina; e todos estes grupos para os EUA. Mas para além do reavivamento de antigos fluxos e dos fluxos de direcionamento norte-sul, os fluxos intrarregionais no terceiro mundo também se intensificaram consideravelmente: faz-se necessário desmistificar o automatismo dos movimentos migratórios provenientes do sul com destino ao norte e reconhecer os seus múltiplos direcionamentos.

Há também uma necessidade de se afastar do ponto de vista de que os países ocidentais (ou do 'Norte') são sociedades automaticamente definidas como sociedades de acolhimento, e os países em desenvolvimento (ou do 'Sul'), como sociedades emissoras ou os países 'origem'. Na realidade, muitos países tanto recebem quanto enviam um número significativo de migrantes. É importante perceber que em muitos outros países, tais como Argentina, Venezuela, Brasil, África do Sul, Costa do Marfim, Nigéria, Líbia, Egito, Iêmen, Turquia, Índia, Rússia, Malásia, Singapura, Tailândia e toda a região do Golfo hospedam significativas comunidades de imigração e também lidam com questões de residência, de minorias étnicas e de formação de comunidade (CASTLES; HAAS; MILLER, 2014: 55, tradução nossa).

É importante destacar que as realidades que condicionam as migrações na atualidade guardam em si a imprevisibilidade. É impossível prever a mudança dos fluxos, o aumento, sua origem e natureza, justamente porque as migrações se tratam de um fenômeno social, humano e em constante mudança e que não possui o privilégio da previsibilidade e exatidão dos fenômenos físicos e naturais, quantificáveis e calculáveis, regulares e contínuos; deparamo-nos aqui com um dinamismo e complexidade extremos, próprios das ciências humanas.

São um fenômeno da história da humanidade resultante da interação de inúmeras esferas que compõem o ser humano e as sociedades e que determinam o ato de migrar, o local de destino e o contexto de inserção de cada indivíduo nessa nova sociedade. Fatores sociais, culturais, econômicos, políticos, religiosos,

ambientais, étnico/raciais, de gênero, entre outros, configuram a complexidade do fenômeno.

No entanto, no momento em que os fluxos se completam, é possível traçar um mapa de sua trajetória. Muitos fatores contribuem para a compreensão dos motores que impulsionam os movimentos migratórios na contemporaneidade e na forma em que se dão. Por isso que, neste capítulo, iremos realizar, por meio de uma abordagem macroestrutural, uma análise sobre os impulsionantes das migrações internacionais e os padrões assumidos hoje.

### 3.1 Globalização e mobilidade humana

“Há um identificável corpo de conceitos e hipóteses que podem ser consideradas como a ortodoxia teórica neste campo e que continuam a dominar tanto a pesquisa acadêmica quanto o discurso popular” (PORTES; BÖRÖCZ, 1989: 606, tradução nossa). Para investigar as causas das migrações no atual contexto econômico e político, alguns/mas autores/as das migrações encontraram-se diante de inúmeros pressupostos tradicionais da área: seria necessário construir novos.

Isso porque, a corrente dominante nas migrações, as teorias do paradigma funcionalista, tende a ver a sociedade como um sistema, uma coleção entre partes interdependentes, algo análogo ao funcionamento de um organismo. Há nesta visão uma tendência inerente ao equilíbrio entre as partes para o bom funcionamento do todo. As migrações são entendidas como um fenômeno positivo – conformando o grupo de teóricos/as “otimistas” – que serve aos interesses da maior parte das pessoas e contribui para uma maior igualdade dentro e entre as sociedades (CASTLES, HAAS, MILLER, 2014). Dentre as teorias do funcionalismo destacam-se: a teoria do *push and pull*, a neoclássica e a teoria do capital humano.

A teoria do *push and pull* é a mais amplamente difundida nos estudos sobre as origens das migrações. Considerando que as migrações estão intimamente ligadas às relações de trabalho, os/as teóricos/as do *push and pull* veem os fluxos de trabalho como resultado da pobreza e atraso dos locais de emissão. Nesses

locais, os fatores expulsos ou *push factors*, seriam aqueles que impulsionam as pessoas a se deslocarem além-fronteira. Ao mesmo tempo, as sociedades de destino estariam em um movimento de atração de pessoas, de mão-de-obra não qualificada, e isso explicaria a escolha de certos locais como destino.

Pois bem, para a corrente do *push and pull*, o enigma das migrações é facilmente resolvido por meio da aplicação de seus pressupostos e as causas das migrações seriam óbvias: enquanto alguns/umas precisam sair (geralmente pessoas provenientes de países do sul global ou terceiro mundo), outros precisam receber (geralmente países do norte global ou primeiro mundo). No entanto, esta corrente de análise não consegue explicar movimentos migratórios que fogem do óbvio, por não debaterem as desigualdades existentes no mundo. Também não conseguem prever duas principais diferenças nas origens das migrações: i. diferenças entre coletividades no tamanho e direção dos fluxos (análise macro estrutural); ii. diferenças entre indivíduos do mesmo país ou região em sua propensão para migrar (microestrutural).

Ainda no paradigma funcionalista, os/as teóricos/as neoclássicos/as entendem as migrações como um movimento autônomo e voluntário, onde as pessoas calculam racionalmente seus benefícios comparando as ofertas salariais do país de origem e destino para decidirem entre o deslocamento e a permanência. “[...] A migração é entendida aqui como simples somatória de indivíduos que se movem em função do diferencial de renda” (SASAKI; ASSIS, 2000: 6).

Portes (1999) aponta os limites das proposições neoclássicas: a ação racional e individual ignora a ação econômica como sendo socialmente orientada. “Os migrantes não devem ser vistos apenas como indivíduos, mas como integrantes de estruturas sociais que afetam os múltiplos caminhos de sua mobilidade espacial e sócio-econômica” (SASAKI; ASSIS, 2000: 6).

Diante de tais debilidades, os/as autores/as da transformação social entenderam que o paradigma funcionalista das migrações não daria conta de lidar com as transformações em curso, inaugurando um paradigma alternativo e crítico, conhecido como histórico estruturalista.

As teorias histórico-estruturalistas enfatizam como as estruturas sociais, econômicas, culturais e políticas constroem e direcionam o comportamento dos indivíduos. Assim, desconsideram que possa haver equilíbrio, na verdade, tais dinâmicas reforçam o desequilíbrio.

*Individuals do not have a free choice because they are fundamentally constrained by structural forces. Because traditional economic structures have been undermined as a result of their incorporation into the global political –economic system and concomitant processes such as mechanization of agriculture, concentration of landownership, increasing indebtedness and dispossession of smallholder peasants. Rural to urban proletariat (CASTLES, HAAS, MILLER, 2014).*

A vertente histórico-estrutural entende as migrações como uma das muitas manifestações da penetração do capital e dos desiguais termos de troca entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos: os poderes econômico e político são desigualmente distribuídos no mundo. E suas crenças culturais bem como práticas sociais tendem a reproduzir tais desigualdades estruturais. *“They see migration as providing a cheap exploitable labor force, which mainly serves the interests of the wealthy in receiving areas, causes a brain drain in origin areas and therefore reinforces social and geographical inequalities” (CASTLES, HAAS, MILLER, 2014).*

*From the point of view of the population of less developed countries, labor migration has emerged as a viable solution to their own societies immediately perceptible internal imbalances, which causes are often well-hidden in historical relationships of domination. While in appearance migration arises out of a series of “rational” economic decisions by individuals to escape their immediate situation, in reality its fundamental origin lies in the history of past economic and political contact and power asymmetries between sending and receiving nations (PORTES, 1979: 611).*

Tal corrente tende a focar no recrutamento de trabalho em larga escala, como é o caso de indianos/as no Reino Unido, marroquinos/as nas fábricas e minas alemãs, mexicanos/as nas maquiladoras dos EUA, latino-americanos/as nas fábricas têxteis de São Paulo (CASTLES, HAAS, MILLER, 2014).

Suas raízes intelectuais encontram-se na economia política marxista, especialmente, na teoria da dependência, que se tornou influente na América Latina nos anos 1960. Esta teoria viu o subdesenvolvimento do “Terceiro Mundo” como um resultado da exploração de seus recursos (incluindo trabalho) através do colonialismo, enquanto que no período pós-colonial a dependência tem sido perpetuada por termos de troca injustos e desiguais com poderosas economias desenvolvidas.

A teoria da globalização, enquanto pertencente ao paradigma histórico estruturalista, identificou as conexões entre o advento da globalização neoliberal e as migrações internacionais. Deve ser compreendida à luz do legado deixado pela teoria da dependência e pelas teorias marxistas de matriz sistêmica. Isso porque, como afirma Castles, Haas e Miller (2014), “as teorias da dependência e a do sistema mundo são precursoras da teoria da globalização”.

In our view, a perspective on immigration as a process internal to the global system offers a more superior point of departure than the traditional view of the movement as something taking place between separate nation-states, and to be evaluated exclusively in terms of its domestic impact. The frontier for theory and research in this field has moved beyond an exclusive concern with immigrant adaptation to focus on relationships between immigration and other international processes. Movements of capital, technology, institutional forms and cultural innovations – like displacements of workers and refugees – criss-cross the world and interact with each other. Understanding such movements as well as other complexities of the international political economy represents the main challenge for the field of migration studies today. The modes that such events impinge on people of different national and class origins holds the key for advancing toward a more compelling formulation of present migration trends and their likely directions in the future (PORTES; BÖRÖCZ, 1989: 626, grifo nosso).

David Held et al (1999), em seus estudos sobre as transformações ocasionadas pela atual configuração da globalização (inclusive seus impactos para as migrações internacionais) delimitam alguns pontos chave importantes de serem observados nas análises das migrações em tempos de globalização: sua extensão, intensidade, velocidade, seu impacto nos Estados e sociedades de recepção e emissão. Além destes pontos, os/as autores/as incluem o conceito de infraestrutura largamente utilizado ao longo da obra e que está relacionado às infraestruturas disponíveis de transporte, comunicação e institucional que influenciam os mercados globais de trabalho e os fluxos migratórios (HELD et al, 1999: 284).

Essas novas infraestruturas que recepcionam e influenciam os movimentos migratórios na contemporaneidade em muito diferem das infraestruturas disponíveis nos séculos passados e marcados por grandes diásporas humanas, como o XIV (colonização) e o XIX (revolução industrial), seja entre fronteiras ou entre zonas rurais e urbanas. Em outras palavras, considerando que a globalização não é um fenômeno novo e nem exclusivamente contemporâneo, as genuinamente novas transformações sociais que a globalização e suas dinâmicas vêm

acarretando são fruto, na verdade, de transformações que a própria globalização sofreu ao longo desse período e que, na contemporaneidade, opera de nova forma.

Essa nova forma para teóricos críticos como Ruy Mauro Marini, David Harvey, Robert Cox, Max Rupert, entre outros/as, é chamada de globalização neoliberal, que tem suas bases fundadas no surgimento e consolidação do neoliberalismo e forma de reger, não somente a economia e a política, mas também a vida humana em suas mais diversas esferas.

Pois bem, as novas infraestruturas não são nada mais que a maneira como temos fomentado, recepcionado ou sustentado a mobilidade humana em termos institucionais, de transporte e de comunicações. Na globalização neoliberal, de que maneira o transporte e comunicações têm influenciado a mobilidade humana? E as instituições, públicas e privadas, como têm lidado com o fenômeno? (HELD et al, 1999: 286).

Padrões de globalização militar, de guerras, conquista e colonização, têm gerado novos e intensos fluxos de refugiados de zonas de guerra (HELD et al, 1999: 285). Segundo relatório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), o número de pessoas forçadas a deixar suas casas devido a guerras e perseguição superou a marca de 50 milhões em 2013 pela primeira vez desde a Segunda Guerra Mundial. Também segundo este relatório, os países em desenvolvimento são os que mais recebem refugiados/as: abrigam 86% dos/as refugiados/as em todo o mundo, com países ricos atendendo apenas 14%.

O estabelecimento de comunidades de imigrantes, com ou sem extensivas conexões com o local de origem, cria e transforma padrões de poder cultural e de identificação social. Imigrantes da contemporaneidade se deslocam em um mundo em que a lei internacional começa a impactar a legislação doméstica e em que organizações internacionais monitoram e intervêm em processos migratórios. Assim, a globalização em sua configuração atual, tem transformado as sociedades de maneira particular e produzido desigualdades a nível global.

*Globalization transforms the organization, distribution and exercise of power. In this respect, globalization in different epochs may be associated with distinctive patterns of global stratification. In mapping historical forms of globalization, specific attention needs to be paid to patterns of stratification. In this context, stratification has both a social and a spatial dimension: hierarchy and unevenness, respectively (see Falk, 1990, pp. 2-12). Hierarchy refers to asymmetries in the control of, access to and enmeshment in global networks and infrastructures, while*

*unevenness denotes the asymmetrical effects of processes of globalization on the life changes and well-being of peoples, classes, ethnic groupings and the sexes. These categories provide a mechanism for identifying the distinctive relations of global domination and control in different historical periods (HELD et al, 1999: 20).*

### 3.1.1

#### **A que globalização nos referimos?**

A globalização enquanto objeto de estudo das ciências sociais é tema de grandes debates e controvérsias. É um campo em disputa por excelência. Mas o que é a globalização? Como o tema da globalização ganhou o espaço que possui hoje? Porque é um dos assuntos mais comentados nas produções acadêmicas da área das humanidades? Quando, onde e como surgiu o debate sobre a globalização? Quais seus efeitos, consequências, dinâmicas? Como influencia hoje a mobilidade humana? Quais são as causalidades complexas do fenômeno? O que acontece com essa figura moderna por excelência, o Estado nacional? Qual o alcance da globalização? E sobre a de-globalização, seria o retrocesso possível?

Em 1960 o tema emerge no mundo corporativo das multinacionais sendo muito importante para os/as empresários/as em busca de expansão de mercados e para o novo capitalismo neoliberal que viria em seguida e, com ela (a globalização), firmaria uma parceria muito eficiente e lucrativa. Com o elevado índice de ideologização sobre o tema, alguns/mas autores/as buscam encontrar a definição “correta” e precisa para o termo. Porém, a literatura que surgia era bastante unilateral, com um forte viés anglo-saxão.

Na década de 1980 ocorre uma série de transformações que se aceleram no mundo, principalmente o neoliberal. A crise de 1970 e a saída da crise através da acumulação flexível, assim como liberalização do mercado financeiro influenciam profundamente os estudos do tema. A linguagem começa a se deslocar do mundo corporativo e vai para as ciências sociais, mas já com vislumbraamentos diferentes.

No campo das ciências sociais, os/as autores/as que trabalhavam com o significado da cultura e já tinham uma consciência alargada do mundo contribuem para o “boom” da globalização. Essa transição acelerada de um tema pouco estudado para em algumas décadas se tornar central, ao contrário do que muitos/as

pensam, não foi repentina. Mas percebeu-se a insurgência de um novo tema, um tema emergente sobre o qual se acelerou a necessidade de estudar. A globalização se torna, então, uma categoria de análise.

Em 1990 consagra-se como o grande tema: explodem estudos acadêmicos sobre o que é a globalização. Várias dinâmicas “passam” a ser consideradas globais, como os direitos humanos e o capitalismo (global por excelência). As/Os estudiosas/os se deparavam agora com o desafio para torná-lo um conceito hábil para elucidar parte das explicações dos acontecimentos do mundo e do capitalismo globalizado.

Desastres ambientais, por exemplo, não conhecem fronteira política e afetam cada um/a de maneira desigual. Temas como a reorganização do espaço/tempo; aceleração e velocidade; desigualdades diversas; vetores homogeneizantes; direção e fim (limite) da globalização começaram a fazer parte da preocupação de alguns/mas autores/as. Seu enorme impacto e aceitação extrema do mercado colocaram certa responsabilidade sobre esses estudos. Afinal, a globalização representa, necessariamente, uma mudança no jogo de poder. Conceituar a globalização é traçar fronteiras.

Os inúmeros debates sobre o que seria essa tal globalização identificaram que havia, de fato, uma transformação no mundo inegável. A formação de redes globais, a internet, as trocas de mercadorias, as migrações em fluxo crescente, a financeirização do capital, representam, mais do que nunca, que presenciamos uma era de grandes transformações nas relações humanas. O debate cheio de controvérsias de como fazer dela, a globalização, um conceito, direcionou também a maneira de olhar as diversas transformações espaço temporais que condicionam as relações humanas.

As proposições de Jan Aart Scholte (2005), por exemplo, baseiam-se na premissa de que o fenômeno da globalização ocasiona efeitos positivos e negativos, mas que é possível, por meio de alguns ajustes, torná-la mais positiva que negativa para todos. O autor se propõe a identificar lacunas no processo da globalização contemporânea que impedem o seu esperado triunfo.

Define a globalização como um “conjunto de conexões transplanetárias e supraterritoriais”. Tais conexões, para o autor, transcendem a geografia territorial, as divisões geográficas, os Estados, são simultâneas e instantâneas. Para ele não

há como negar a existência da globalização na contemporaneidade e nem impedir o seu avanço.

Em o “Império”, Antonio Negri e Michael Hardt (2000), possuem um entendimento particular do que seria a globalização. “Temos sido testemunhas de uma irreversível e irresistível globalização dos intercâmbios econômicos e culturais” (HARDT; NEGRI, 2000: 5, tradução nossa). A tese central de Hardt e Negri (2000) proclama que, juntamente ao mercado global, surgiu uma nova ordem mundial, uma nova estrutura de comando e controle, uma nova forma de soberania que não se encontra em nenhum Estado Nacional e nem em qualquer outra forma política fixa, chamado por eles de império; ele é o sujeito político que regula as mudanças globais, é o poder soberano que governa o mundo.

Baseados na hipótese de que a soberania dos Estados têm declinado progressivamente frente ao processo da globalização, afirmam que a soberania tomou uma forma nova e muito distinta na atualidade. Ao contrário do imperialismo, o Império não se baseia em fronteiras fixas ou barreiras, seu comando não possui limites; “é um aparato de mando descentrado e desterritorializado que incorpora progressivamente todo o reino global” (HARDT; NEGRI, 2000: 5, tradução nossa). Para eles, nenhuma nação será líder mundial do modo como foram as nações europeias modernas. O império é uma ordem que suspende a história e se fixa no estado existente para a eternidade. Assim, ele apresenta seu domínio não como um movimento transitório da história, mas pretende ser eterno, sem limites territoriais ou temporais, e nesse sentido, fora da história.

O objeto de seu poder está em toda a ordem social, busca incluso reger a natureza e ações humanas. Em suma, seu domínio encontra-se na vida social em sua totalidade, e por isso o império apresenta a forma paradigmática de biopoder: o poder exercido sobre os corpos no globo. Porém, tampouco as forças que contestam o império possuem uma localidade, um centro, um corpo fixo.

Ao mesmo tempo, constata os autores, o império e seu processo de globalização oferecem novas possibilidades às forças de liberação. E é justamente essa a tarefa política do livro de Hardt e Negri, resistir a esses processos reorganizando-os e redirigindo-os a novos fins; trabalhar como um marco teórico e dar as ferramentas conceituais necessárias para (re) teorizar o império.

Sua tarefa inicial é, portanto, compreender a constituição da ordem que está se formando hoje para depois apresentar quais têm sido as forças resistentes a essa ordem. De antemão, os autores deixam claro que refutam a ideia de que o império se apresenta como uma dinâmica que emerge espontaneamente, como natural e neutra. Também se afastam do pensamento que considera a ordem atual como sendo regida por um poder único e central, dando abertura à possibilidade de existência um plano constante e consciente ou de uma “teoria conspiratória da globalização”.

Tendo tais preceitos bem claros, os autores chamam a atenção para as transformações em curso. A globalização dos mercados marcou também uma modificação central do trabalho proveniente da passagem da economia industrial para a informacional: pós-modernização ou informatização da economia. Surge então o trabalho definido pelo autor como trabalho imaterial, caracterizado pelo uso do conhecimento e linguagem, e não mais as habilidades físicas. O livro “Império” evidencia, justamente, a transformação do trabalho na globalização e, portanto, das estruturas sociais de controle. As novas tecnologias de comunicação que levantaram a promessa de uma nova democracia e uma nova igualdade social criaram, na verdade, novas linhas de iniquidade e exclusão.

Os autores transitam em discordância com os seguintes dois pressupostos:

1 - A noção de que a presente ordem de alguma forma se é originária, espontaneamente, da interação de forças globais radicalmente heterogêneas, como se essa ordem fosse um concerto harmonioso orquestrado pela mão oculta natural e neutra do mercado mundial;

2 - A ideia de que a ordem é ditada por uma única potência e um único centro de racionalidade transcendente para as forças globais, guiando as diversas fases do desenvolvimento histórico de acordo com o seu plano consciente e onisciente, algo como uma teoria conspiratória da globalização.

Não havendo, como evidenciado pelos autores, um poder central, localizado e facilmente identificável que regeria a atual ordem mundial, faz-se necessário expor uma alternativa ao império em um nível global equivalente. Qualquer proposição de uma comunidade particular isolada, definida em termos raciais, regionais ou religiosos, “desligada” do império, blindada por seus poderes e fronteiras fixas, está destinada a acabar por ser entendida como um tipo de *ghetto*.

E o império, segundo sua perspectiva, não pode ser resistido por um projeto em busca por uma limitada autonomia local (NEGRI; HARDT, 2000: 205).

Em suas palavras, pensar globalmente é agir globalmente: “*empire can be effectively contested only on its own level generality and by pushing the processes that it offers past their present limitations*” (NEGRI; HARDT, 2000: 206-207).

Ainda segundo a perspectiva autonomista das migrações de Hardt e Negri (2000), a dialética entre as forças produtivas e do sistema de dominação já não tem um lugar determinado. A exploração não pode ser localizada e quantificada. Com efeito, o objeto de exploração e de dominação tendem a não ser as atividades produtivas específicas, mas a capacidade universal de produzir, isto é, a atividade social abstrata e seu poder abrangente. Este trabalho abstrato é uma atividade sem lugar, e ainda é muito poderosa. É o conjunto cooperando com seus cérebros e mãos, mentes e corpos; é o desejo e o esforço da “multidão” dos/as trabalhadores/as móveis e flexíveis e, ao mesmo tempo, é a energia intelectual e construção linguística e comunicativa da multidão de intelectuais e trabalhadores/as afetivos/as (NEGRI; HARDT, 2000: 208). Sofremos exploração, alienação e comando como inimigos/as, mas não sabemos onde localizar a produção de opressão. “*Productive forces tend to be completely de-localized, completely universal, they produce not only commodities but also rich and powerful social relationships. They occupy all places*” (NEGRI; HARDT, 2000).

Deserção e o êxodo, assim, são uma forma poderosa da luta de classes dentro e contra imperial pós-modernidade e o “contra-império” deve ser também uma nova visão global, uma nova forma de viver no mundo.

A política de caráter não-político da globalização, assertida por ambas perspectivas apresentadas, tende a proclamar mitos formadores de opinião. Um deles é o que se refere à sua natureza. Para muitos, a globalização é simplesmente um fenômeno “natural”, imprevisível, não intencional, automático e sem limites. Ao contrário, consiste em uma falácia a tentativa de transformar as causas da globalização em efeitos da mesma. Globalização não é um processo espontâneo e automático: é um fato político que tem autoria, proveniente do conjunto de decisões políticas, em geral, provenientes dos Estados (SOUSA SANTOS, 2002: 25).

Não por acaso ficou famosa a declaração de Margaret Thatcher de que, em nome do realismo, “não há alternativa” fórmula recentemente retomada nos trópicos pelo círculo presidencial brasileiro quando se sustenta que “dentro da globalização não há alternativas e fora dela não há salvação). Ocorre, porém, que, se não há de fato alternativa ao modelo existente (que não é simplesmente de economia, mas de sociedade e política), se o domínio da atividade econômica no seu formatodominante atual é inevitável e intocável, tudo isso implica, no limite, reconhecer a própria morte da política, da cidadania e da democracia, que historicamente sempre foram construídas pelas lutas e discussões na esfera pública em torno das formas válidas de sociedade e política (GÓMEZ, 1998: 31).

Depreende-se disso que a globalização se trata de um fenômeno envolto por uma série de contradições, de dentro do qual emergem desigualdades, mas também, potencialidades contra hegemônicas e não-estadocêntricas. “A globalização não é um estado e sim um processo radicalmente incerto e ambivalente, cuja problemática é de extrema complexidade” (GÓMEZ, 1998).

Ainda nesta perspectiva, e assim como Breno Bringel (2011), entendemos que,

[...] a globalização se trata de uma tendência heterogênea, contraditória e multifacetada, cuja trajetória futura permanece em aberto, o que se supõe resistências e a possibilidade de reversão para um outro projeto no qual prime o social frente o econômico. De forma paralela, acreditamos que essas resistências, produzidas no bojo de vários movimentos, organizações sociais e, inclusive, alguns Estados, contribuem não só para desmistificar várias hipóteses dos apologistas da globalização, como são responsáveis, ao mesmo tempo, pelo desenho de novas sociabilidades e territorialidades. Ademais introduzem formas originais de entender o político e a política, muito além do marco meramente institucional (BRINGEL, 2011: 38).

Assim, há posições que sustentam, de um lado, que esta representa um corte radical com o passado (transformacionistas), enquanto de outro lado, afirmam sua continuidade histórica e até mesmo precedentes similares (céticos). Segundo Gómez (1998), os/as transformacionistas “invocam poderosas razões para afirmar que a globalização contemporânea [...] compromete fundamentalmente o Estado-nação soberano sobre o qual a ordem de Vestfália foi construída” (COX, 1987; 1996; 1997, ROSENAU, 1990; LINKLATER E MACMILLAN, 1995).

Conforme supõe Gómez (1998), a consequência direta da multiplicação e variedade sem precedentes de fenômenos supraterritoriais, é que os Estados têm perdido o controle efetivo sobre suas próprias fronteiras nacionais. Além disso, a “internacionalização do processo decisório” e de novas obrigações (direitos humanos, por exemplo), a ação autônoma e a supremacia legal, intocáveis para os

Estados em termos de soberania nacional, são severamente afetadas. Destes entendimentos surge o conceito de ordem mundial pós-Vestfália: bem menos estadocêntrica e uma possível alternativa para a ampliação da democracia para além das fronteiras (HELD, 1995; LINKLATER, 1996 apud GÓMEZ, 1998).

Claro que isso não prefigura o falecimento do Estado-nação e do sistema internacional, mas assinala sua justaposição a uma teia densa e complexa de organizações transnacionais, abrangendo numerosos aspectos da vida econômica e social contemporânea. Os Estados-nação, como tantas vezes foi salientado aqui, continuam sendo atores fundamentais nas relações internacionais, do mesmo modo que as fronteiras territoriais conservam uma importância decisiva nos planos econômico, político, militar e simbólico. Daí que, nessa ordem pós-Vestfália, a noção tradicional de soberania como ilimitada, indivisível e exclusiva do poder político esteja sendo deslocada pelo reconhecimento fático de que, hoje em dia, a soberania “já se divide entre um certo número de agências – nacionais, regionais e internacionais – e é limitada pela própria natureza dessa pluralidade” (Held, 1991: 66) (GÓMEZ, 1998 :48-49).

### **3.1.2 Cidades globais e migrações**

Em “Sociologia da Globalização” (2007), Saskia Sassen se propõe a debater a existência de uma sociologia da globalização a partir de métodos e quadros conceituais que desconfiem das suposições apoiadas no Estado como unidade única e exclusiva de autoridade sobre o seu território. A preposição central que organiza o seu livro apoia-se no fato de que um processo ou uma entidade que está localizada dentro do território de um Estado soberano, não é, necessariamente, nacional ou do tipo tradicionalmente autorizado pelo Estado; e sim deve ser uma localização do global.

Nesse sentido, o livro contribui para um entendimento mais complexo sobre o estudo da globalização, incluindo e indo além dos entendimentos de globalização que focam no crescimento da interdependência de instituições globais autoevidentes.

Para mapear as dinâmicas atuais da globalização sem pressupor as habituais dualidades do nacional/global e local/global, Sassen (2007) cria e trabalha com importantes novas categorias sobre as quais elabora um estudo detalhado. Entre

elas estão: desnacionalização, cidades globais, hierarquias escalares, cadeias produtivas, comunidades transnacionais.

Um dos elementos da sociologia da globalização – isso porque a autora busca entender a globalização do ponto de vista sociológico – que Sassen (2007) trata com uma abordagem particular e extremamente crítica é o conceito do global. Segundo a autora, o global geralmente é conceituado como superior, como “algo que atua em escala evidentemente global” (SASSEN, 2007: 15). Por isso, Sassen critica a hierarquia escalar tradicional que considera o Estado como elemento central, como ator supostamente exclusivo das relações internacionais. As dinâmicas e tecnologias atuais são muitos mais complexas e vêm desestabilizando a ação dos Estados.

Isso não quer dizer que as antigas hierarquias construídas como parte do desenvolvimento do Estado deixaram de atuar, mas que, na atualidade, passaram a operar num campo muito menos exclusivo. Esse fenômeno deve-se ao que Sassen (2007) chama de reescalonamento na era da globalização: há casos em que o local (assim como o global) pode ser multiescalar.

As cidades globais, nesse sentido, correspondem a “um sistema multiescalar que opera entre escalas e não, como se diz usualmente, simplesmente ascendente na escala como resultado de novas capacidades de comunicação”<sup>10</sup> (SASSEN, 2007: 20, tradução nossa). A autora explica que “as cidades globais são lugares subnacionais em que diversas geografias transfronteiriças estruturadas, cada uma com um alcance distinto e construída em termos de práticas e atores distintos” (SASSEN, 2007: 22, tradução nossa). As cidades seriam então o local onde as contradições da globalização podem acontecer e serem percebidas. A autora propõe desta forma que a sociologia da globalização traga a tona a questão do lugar e suas práticas sociais.

Tais cidades são circuitos globais para o capital, para o investimento e para o comércio. No entanto, são também um circuito de movimentação de pessoas: não raro se dão fluxos migratórios entre cidades globais, como é caso de boliviana/os que realizam o percurso de Nova York - Madri ou Madri - São Paulo.

---

<sup>10</sup> A mais poderosa nova geografia da centralidade em nível global liga os principais centros financeiros e de negócios internacionais: Nova York, Londres, Tóquio, Paris, Frankfurt, Zurique, Amsterdã, Los Angeles, Toronto, Sydney e Hong Kong, entre outros. Mas essa geografia agora também inclui cidades como Bangkok, Taipei, São Paulo e Cidade do México.

Nossa hipótese aqui vai ao encontro das proposições de Sassen (2007). As cidades globais têm atraído um grande fluxo de imigrantes, por vários motivos estruturais, mas também devido à posição estratégica que estas cidades ocupam, tanto economicamente quanto politicamente, são locais estratégicos para se travar uma série de lutas e reivindicações. Por produzirem, simultaneamente, “marginalidade” e “centralidade” aos/às imigrantes, as cidades globais são preferíveis devido à visibilidade, dali suas vozes ecoam com maior facilidade e para ali os olhares (principalmente do Estado) estão mais atentos <sup>11</sup>.

*The centrality of global cities in immigration, including their roles a postcolonial frontier, engenders a transnational economic and political opening in the formation of new claims by immigrants and minoritized citizens [...] Global cities have emerged as a site for claims by both global capital, which uses the city as an “organizational commodity”, and disadvantaged sectors of the urban population, which are frequently as internationalized a presence in large cities as capital (SASSEN, 2007).*

Seu objetivo é confrontar a ideia de que o subnacional está “dentro” do nacional. Ou seja, ele pode pertencer ao global, pode ser multiescalar e estar sob a influência de outros atores importantes que não o Estado nacional. Não há necessidade de os processos globais terem de atravessar as hierarquias de Estados nacionais, uma vez que têm a possibilidade de se articularem diretamente com certas localidades<sup>12</sup>. De fato, como bem lembra a autora, essas circunstâncias não alteram os limites geográficos dessa localidade, mas põe em questão a autoridade exclusiva do Estado sobre esse território.

É nessa linha de raciocínio que a autora trata o subnacional como um lugar para a globalização, como um lugar desnacionalizado, onde suas relações com Estado são rearticuladas, havendo uma necessidade de revisão do papel do Estado. Por isso que a discussão trazida por Sassen (2007) se faz fundamental para chamar

<sup>11</sup> O sentido de produção de margem e centro corresponde a um contexto em que, em primeiro lugar, a transnacionalização das economias tem crescido de forma acentuada e as cidades se tornaram cada vez mais estratégicas para o capital global e, em segundo lugar, as pessoas marginalizadas encontraram sua voz e estão fazendo suas próprias reivindicações sobre a cidade.

<sup>12</sup> A intensidade de transações entre cidades (no mercado financeiro, comércio em serviços, e investimentos) tem crescido significativamente. Ao mesmo tempo, há uma desigualdade inerente em tais relações, e na concentração de recursos e atividades estratégicos em cada uma dessas cidades se comparadas com outras cidades nos mesmos países. Transpondo essa análise para as migrações, nas cidades globais, conforme afirma a autora, são construídas redes, em que dinâmicas se repetem de uma cidade a outra, o que, entre outras coisas, faz com que seja mais fácil o movimento dentro dessa rede e deslocar-se de cidade a cidade. “*At the limit this may well be the beginning of the formation of transnational urban systems*” (SASSEN, 2007).

a atenção para os problemas de tratar o global-nacional como uma dualidade mutuamente excludente<sup>13</sup>.

### 3.1.3

#### A globalização e a produção geográfica de desigualdades

Slater (2004) afirma que a desigualdade é um fenômeno sintomático do processo globalizatório atual. As conexões e redes que o discurso conservador e globalista proclama estar imbricado no processo de globalização, para o autor, não passam de conexões parciais, que ocorrem dentro de um padrão radial e hegemônico, ao redor dos centros de poder enquanto países periféricos tendem a se manterem desconectados uns dos outros ou apenas conectados indiretamente pelo controle dos centros. A globalização neoliberal é, nesse sentido, um processo de dominação do sul pelo norte, de cidadãos/ãs por corporações, de mulheres pela estrutura patriarcal, de espécies por humanos (SLATER, 2004: 170).

Partimos, dessa maneira, da premissa de que a globalização está intrinsecamente ligada ao contexto e fase das estratégias neoliberais. Uma das questões mais marcantes dos anos 1970 gira em torno da transformação do mundo em uma ordem mundial mais contratual e disciplinar. Essa distopia, por um lado se apresenta como o processo central para a intensificação e extensão da alienação, exploração e mercantilização da vida e natureza humana (GILL, 2008).

#### 3.1.3.1

##### Breve história do neoliberalismo

A reestruturação das relações capitalistas no mundo, que corresponde à virada neoliberal, provocou um notório aumento da desigualdade dentro dos países e entre os países. Também tem correspondido à extrema concentração geográfica do crescimento (ARCEO, 2006: 31-33). Desde a segunda guerra

<sup>13</sup> Acontece que o papel do Estado tem sofrido transformações que valem a pena ser analisadas. Sassen (2007) busca explicar que o que presenciamos não é a “morte” do Estado. Ao contrário disso, nos deparamos com uma participação estatal que privilegia autoridades estatais privatizadas e desnacionalizadas (SASSEN, 2007: 35). Isso indica que os Estados nacionais não representam a única fonte de poder dominante na nova ordem institucional. A autora acrescenta que, com isso, há uma probabilidade de aumento do déficit democrático e da legitimidade de certas reivindicações e normas, como as de atores econômicos globais.

mundial a decisões dos Estados e das relações internacionais se deram de maneira a evitar a repetição do grande colapso de 1930. O pensamento da época estava voltado para o fracasso generalizado: o capitalismo e o comunismo haviam falhado, não alcançando a tão almejada estabilização econômica.

No contexto da crise de 1929, quando até então vigoravam os ideais liberais proclamados por Adam Smith, David Ricardo, entre outros/as, o mundo viu-se num paradoxo. Continuar anunciando a autorregulação capitalista das condições socioeconômicas das sociedades bem como a mínima intervenção estatal nos assuntos econômicos representaria o total naufrágio das já bastante debilitadas economias centrais. Com a crise, a teoria da “mão invisível” passa a ser questionada, sendo o principal expoente dessa nova vertente o economista John Maynard Keynes.

Na tentativa de oferecer uma saída à crise, Keynes postulou uma teoria que rompia totalmente com a ideia liberal do “*laissez faire*”, afirmando que o Estado deveria interferir nos assuntos econômicos, na organização social e em todas as áreas que se fizesse necessário. O modelo do Estado intervencionista (*Welfare State*) foi adotado por muitos países após o fim da Segunda Guerra Mundial, já que a interferência estatal parecia essencial para a recuperação do mundo no pós-guerra.

No âmbito internacional, uma nova ordem econômica estava sendo estabelecida, por meio dos acordos de Bretton Woods e de várias instituições financeiras internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM), engajadas com o plano de estabilização econômica mundial. A sensação era de que os Estados deveriam ocupar a centralidade da cena, para garantir o bem estar e o crescimento econômico. O Estado então, de fato, passa a centralizar o campo de forças que concentrava as relações de classe (HARVEY, 2005: 11).

Com a crise dos países centrais, ocasionada pela acumulação intensiva e por uma regulação monopolista, o keynesianismo foi questionado; problemas como inflação, desemprego, estagnação e instabilidade econômica tornaram-se reais. Os choques do petróleo de 1973 e de 1979 também serviram para se questionar até que ponto o intervencionismo do Estado era realmente benéfico aos assuntos econômicos, quando na verdade cada vez mais Estado e mercado pareciam ser

formas antagônicas de organização, surgindo assim um novo liberalismo: o neoliberalismo.

O neoliberalismo enfatiza a significância das relações contratuais não apenas no espaço do mercado, mas em diversas outras esferas que regem a vida humana. David Harvey (2005) explica que, para que uma ideia se torne dominante, um aparato conceitual deve avançar drasticamente, a ponto de influenciar as intuições, instintos, valores, desejos e possibilidades inerentes ao mundo social que habitamos. Com êxito, este aparato conceitual passa a estar tão imbricado e inserido no senso comum, que é tido como dado e imune de questionamentos.

A partir dos anos 70, o neoliberalismo se torna o modelo dominante de discurso nos Estados Unidos e, sob um processo gradativo, adquire capilaridade interna e externamente. Esse novo sistema político e econômico criou e espalhou teorias neoliberais nas universidades, instituições de pesquisa e de produção de conhecimento, e seus conceitos foram difundidos em espaços sociais comuns, da vida cotidiana, penetrando por entre as corporações, a mídia, as universidades, as instituições da sociedade civil, as escolas, as igrejas e as associações profissionais. Introduziu uma nova maneira de pensar, agir e reger as relações humanas, traduzindo-se em como muitos de nós interpretamos, vivemos e entendemos o mundo.

Em todo o mundo, ocorreu um movimento de empatia para as práticas políticas e econômicas neoliberais. Desregulação, privatização e recuo do Estado se tornaram práticas muito comuns e bem vindas. Foi inicialmente e mais facilmente propagado entre as classes mais altas das sociedades, pois quando o colapso do crescimento econômico atingiu seu auge em 1970, as elites começaram a se sentir ameaçadas. A neoliberalização, desde o seu princípio, foi um eficaz projeto de recuperação das elites, mesmo que não houvesse certeza sobre os seus resultados (HARVEY, 2005: 17).

A recuperação das elites culminou numa incomensurável flexibilização e exploração do trabalho, num sistema que enfatiza a responsabilidade individual: passa aos indivíduos a responsabilidade por alterarem suas condições de vida e trabalho, acordo com suas capacidades individuais.

A neoliberalização também representou a financeirização de tudo. Inovações nos serviços financeiros geraram interconexões globais mais

sofisticadas. Rápidas fortunas foram feitas nos ramos de biotecnologia e de tecnologias de informação. As conexões transnacionais entre as elites de diversos países possibilitaram a formação de uma rede de controle mundial das finanças e investimentos. Com o advento da globalização neoliberal, essas interconexões transnacionais foram alargadas e consolidadas.

Os/as membros/as do grupo intelectual neoliberal – composto por economistas, filósofos/as e historiadores/as – desenvolveram um trabalho importante na fundamentação teórica e na formulação de diretrizes a serem seguidas pelos/as adeptos/as do novo liberalismo. Passam a adotar teorias profundamente contrárias ao intervencionismo do Estado na economia.

Não obstante, o rigor científico da teoria neoliberal encontrava-se em plena contradição. Na teoria, o Estado neoliberal deveria favorecer as liberdades individuais, a propriedade privada, o controle da lei, o livre mercado, mas sem intervir diretamente no funcionamento da economia. Também deve favorecer a competição, entre indivíduos, empresas, entidades territoriais (cidades, regiões, nações), além da competição com outros Estados na arena comercial e da política internacional.

Na verdade, o papel do Estado no neoliberalismo é muito claro: criar e preservar um ambiente institucional favorável para estas práticas. Para tanto, muitas vezes, faz-se o uso da força militar, de seu sistema de defesa, de suas polícias e das estruturas legais para assegurar este ambiente de competitividade econômica, de adequado funcionamento dos mercados e de preservação da propriedade privada. *“The state, with its monopoly of violence and definitions of legality, plays a crucial role in both backing and promoting these processes”* (HARVEY, 2003: 145).

Na prática, portanto, o Estado possui papel fundamental no uso da força e coerção, caso necessário, para defender os direitos da propriedade privada, as liberdades individuais e liberdades empresariais.

*International competition and globalization can be used to discipline movements opposed to the neoliberal agenda within individual states. If that fails, then the state must resort to persuasion, propaganda or, when necessary, raw force and police power to suppress opposition to neoliberalism* (HARVEY, 2005: 69).

### 3.1.3.2

#### A América Latina no bojo da reestruturação social e econômica dos anos 80

As transformações na economia mundial trouxeram impactos importantes na periferia, na América Latina não seria diferente. Cumpre destacar que longe de realizar uma análise homogeneizante dos processos sociais e econômicos da América Latina, a qual guarda (em cada um dos processos nacionais) especificidades complexas, buscamos apontar elementos comuns que nos permitem, num primeiro momento, nos referirmos ao continente como um todo (BOCCA, 2013).

*Referirse a América Latina en su conjunto presenta, debido a su heterogeneidad, el riesgo de generalizaciones poco acordes con las características y la situación de algunos países. Existen sin embargo, en mayor o menor medida, elementos comunes que tornan pertinente asumir este riesgo. Cabe mencionar entre ellos su inserción en la economía mundial como proveedora de productos primarios para el centro en condiciones, en general, de una muy acentuada concentración de la propiedad de los recursos naturales; las modalidades que asumió, luego de la crisis de la década del treinta del siglo pasado, su proceso de industrialización; las formas radicales que adoptó en la mayoría de los países la implementación de las políticas neoliberales, sobre todo en materia de privatización de las empresas públicas y de apertura de la economía; el agudo proceso de extranjerización de su estructura productiva y la muy fuerte incidencia de la deuda externa. Pero sobre todo, lo que hace pertinente a América Latina como objeto de análisis es la interacción entre sus procesos políticos e ideológicos, resultado de una experiencia histórica y cultural común que tiene como componente significativo una similar situación de dependencia (y a menudo de confrontación) respecto a la potencia hegemónica y sus políticas para la región (ARCEO, 2006: 28 apud BOCCA, 2013).*

Consideramos que o continente latino-americano parte de um mesmo processo de desenvolvimento capitalista baseado em uma estrutural relação de dependência, com diferentes padrões de dependência nas distintas formações sociais (BOCCA, 2013). Essa relação estrutural de dependência tem início no processo de colonização, marcado por uma extensa apropriação de recursos pelas metrópoles europeias. Tais recursos foram centrais para o desenvolvimento do capitalismo europeu, inclusive para a consolidação das economias de hoje. Este desenvolvimento concedeu à América Latina uma posição subserviente na Divisão Internacional do Trabalho (DIT).

Enquanto os países dependentes eram responsáveis pela produção de matérias-primas e alimentos que abasteciam os países centrais, estes ficaram, historicamente, a cargo da produção de manufaturas e industrializados. Os primeiros foram, por muito tempo,

[...] ao mesmo tempo veículo para acelerar a passagem do eixo de acumulação de capital da produção de mais-valia absoluta para a produção da mais-valia relativa (e depois para a articulação dessas duas categorias em condições histórico-concretas de produção) nas economias dos países imperialistas” (SOTELO VALENCIA, 2009: 115).

As elites nacionais, que objetivavam uma parcela dessa riqueza, ainda que bem menor daquela extraída pelas elites dos países centrais, atuavam a favor da enorme transferência de capitais para os centros de poder. Essa aliança de caráter econômico torna-se também político-militar, a partir do pós-guerra contexto em que se dá uma intensa busca por novos mercados. A partir desse momento, os rumos que tomariam a história latino-americana iriam definir a natureza de suas relações econômicas e sociais.

Isso porque a relação estrutural de dependência latino-americana que nos propomos a compreender aqui e que se inicia no processo de colonização, será consolidada no projeto neoliberal estrategicamente desenhado para a América Latina pelos mecanismos do Consenso de Washington. No pré-década de 80, ou seja, entre os anos 60 e 70, a região experimentava um momento político muito particular, comprometido com uma série de projetos da esquerda latino-americana e que envolviam a consolidação de reformas de base e que incluíam a participação popular, a reforma agrária, a estatização de empresas. Os projetos de Allende no Chile e de Goulart no Brasil, por exemplo, foram sabotados pela imposição do poder hegemônico externo dos Estados Unidos, com o total apoio das elites nacionais e das forças armadas.

Num contexto de Guerra Fria, quase todo o mundo não comunista estava sujeito ao domínio estadunidense, empenhado em combater, a qualquer custo, toda política por eles mesmos identificadas como “insurgências comunistas”. As estratégias antidemocráticas dos EUA para levar adiante o projeto anticomunista se espalharam mundialmente. Mas em direção à América Latina, incluíram alianças com repressivas ditaduras militares e regimes autoritários.

*While the consent of local ruling elites could be purchased easily enough, the need to coerce oppositional or social democratic movements (such as Allende's in Chile) associated the US with a long history of largely covert violence against popular movements throughout much of the developing world (HARVEY, 2005).*

Além disso, a implementação das ditaduras militares surge num contexto de crise econômica do desenvolvimento cepalino do início dos anos 1960. O projeto que visava a industrialização da região por meio da adoção da substituição de exportações falha brutalmente: com um mercado consumidor enfraquecido a acumulação de capital não é satisfatória e a produção industrial não deslança como esperado. As nações dependentes passam, então, a recorrer a empréstimos e financiamentos externos, dando origem a enormes cifras de dívida externa e de transferência de renda (por meio de seus pagamentos) aos países centrais.

Em 1989, data que reuniu na capital dos Estados Unidos funcionários/as do governo americano, do Fundo Monetário Internacional (FMI), do Banco Mundial (BM) e do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), iniciou-se a disseminação do discurso neoliberal para o terceiro mundo: sedutor às elites políticas latino-americanas e que, aparentemente, forneceria aos governos a fórmula mágica para seus problemas de instabilidade política e econômica.

Com o Consenso de Washington, a América Latina passa a adotar, a partir dos anos 80, inúmeras políticas padronizadas de ajuste estrutural, i.e., iguais políticas para países com economias muito diversas. Sob a expectativa de adoção de “reformas” imprescindíveis para a superação do subdesenvolvimento, a região como um todo inicia um processo na contramão do desenvolvimento: de aprofundamento das desigualdades, da dependência, da erosão de suas legitimidades democráticas e de soberania; de desenvolvimento do subdesenvolvimento.

Ocorre um avanço extraordinário de uma estrutura hegemônica internacional que influenciaria diretamente os países latino-americanos não apenas no plano da economia, mas também no plano da política. Por um lado, apoiando a implementação de políticas neoliberais. Por outro, deslegitimando os Estados enquanto atores no processo de desenvolvimento, num movimento de “alinhamento” dentro dos estreitos limites estabelecidos pelo Consenso de Washington. A abertura comercial e a integração dependente dos países latino-americanos à órbita imperial, ao contrário do discurso dominante, não impediram

a instabilidade política nem econômica, tampouco a diminuição das desigualdades entre as diferentes classes sociais.

As dez áreas debatidas pelo programa do Consenso – disciplina fiscal, priorização dos gastos públicos, reforma tributária, liberalização financeira, regime cambial, liberalização comercial, investimento direto estrangeiro, privatização, desregulação e propriedade intelectual – representaram o marco da etapa da dependência neoliberal na América Latina, desenvolvida através de reformas pensadas de fora, e aplicadas pelos governos eleitos sob o Consenso de Washington, como Fernando Henrique Cardoso no Brasil, Carlos Menem na Argentina, Alberto Fujimori no Peru, Carlos Salinas de Gortari no México, Gonzalo Sánchez de Lozada na Bolívia, Carlos Andrés Pérez na Venezuela, entre outros (BOCCA, 2013).

Como pré-requisitos para embarcar no barco neoliberal, esses países iniciaram um processo de liberalização do crédito internacional e do mercado financeiro. O FMI e Banco Mundial operariam como interlocutores e centros de propagação das novas diretrizes econômicas neoliberais, a serem rigorosamente seguidas. Foram implementadas, também, reformas institucionais como o corte de despesas sociais de base, leis de mercado mais flexíveis e privatização de importantes esferas como telefonia, bancos estatais, energia, estradas, saúde, educação, indústrias de base.

*[...] as Veltmeyer and Petras prefer to characterize it, the whole episode reeks of 'a new imperialism: pillage of the economy, growth of vast inequalities, economic stagnation followed by profound and enduring depression and massive impoverishment of the population as a consequence of the greatest concentration of wealth in Argentine history' (HARVEY, 2005: 106).*

Com o discurso da ajuda econômica, plenamente integrado ao projeto neoliberal, as economias dependentes têm um novo credor, simbolizado pelo FMI. A renegociação e o pagamento da dívida externa é posta como central para o desenvolvimentos dessas economias, e a transferência e privatização de capital é intermediada pelo Estado. Como afirma Stiglitz (apud HARVEY, 2005), os países pobres vêm subsidiando os ricos, e transferindo uma enorme quantidade de dinheiro há décadas. A extração de tributos via mecanismos financeiros é uma antiga prática imperialista.

*By 1994 some eighteen countries (including Mexico, Brazil, Argentina, Venezuela, and Uruguay) had agreed to deals that forgave them some \$60 billion in debt. The hope, of course, was that this debt relief would spark an economic recovery that would permit the rest of the debt to be paid off in a timely way. The trouble was that the IMF also saw to it that all the countries that took advantage of this modicum of debt forgiveness (which many regarded as minimal in relation to what the banks could afford) were also required to swallow the poison pill of neoliberal institutional reforms (HARVEY, 2005:74).*

Sob a égide do pensamento neoliberal, as decisões são transferidas dos Estados para as organizações internacionais neoliberais. O resultado disso é um radical enfraquecimento do Estado.

[...] a sua crise estrutural – seu raquitismo e regressividade tributária, a irracionalidade do gasto, a sangria da dívida externa, sua hipertrofia burocrática – se acrescenta um discurso ideológico auto-incriminatório que iguala tudo que é estatal a ineficiência, a corrupção e o desperdício, enquanto que a “iniciativa privada” aparece sublimada como a esfera da eficiência, da probidade e da austeridade. [...] Ou seja, não somente as decisões políticas, como também a produção sofre a transferência do Estado para o capital privado. Esta pressão político-ideológica, aliada às políticas aliadas do FMI e do Banco Mundial levam diversos países da região a adotar políticas tão selvagens quanto imprudentes – e, em alguns casos, altamente corruptas, - de desmantelamento de agências e empresas estatais ou paraestatais, cujos resultados, em termos de provisão de bens públicos, são até agora francamente negativos (Borón, 1995: 78-79, tradução nossa).

Como vimos, a globalização é um processo histórico incompleto e desigual, ambíguo e contraditório em seus efeitos e está integralmente relacionado ao processo histórico do desenvolvimento do capitalismo. Sendo a acumulação o fim último do capitalismo, a superação dos limites espaciais e sociais seriam, inevitavelmente, um de seus principais objetivos (RUPERT, 2000: 43). E este tem sido o projeto do eixo do poder econômico mundial para a América Latina.

Em suma, aparentemente intensificou-se a relação entre os países tanto no que se refere ao setor produtivo, quanto nos fluxos comerciais e financeiros. Neste sentido, a desregulamentação dos mercados e a desobstrução do comércio internacional e da entrada de capitais afirmam-se como as diretrizes de política que podem garantir a inserção das diferentes nações no novo contexto da globalização. Abrem-se as portas para que o neoliberalismo se apresente como a única forma de obter com êxito essa inserção. Apresenta-se a globalização como fenômeno natural e irreversível, e, a partir daí, as políticas neoliberais como as únicas capazes de desregular os mercados, propiciando às nações um lugar privilegiado no “trem da história” (CARCANHOLO, 1998: 16).

### 3.2 A intensificação dos deslocamentos “Sul-Sul”

As transformações em curso no campo das migrações internacionais passam, necessariamente, por uma alteração da natureza, volume e direção dos fluxos migratórios (CASTLES, HAAS, MILLER, 2014). Alguns dos novos fluxos identificados dizem respeito a importantes dinâmicas particulares em curso na atualidade, as quais têm condicionado as migrações de maneira particular.

Nesse sentido, fazem parte desse rol o agravamento da crise no Oriente Médio, que deu origem à guerra civil da Síria, por exemplo; os conflitos e crises humanitárias nos países africanos – como na República Democrática do Congo, Mali, Costa do Marfim, mas também em nosso continente como na Colômbia – as decorrências de desastres ambientais combinados à precariedade da ajuda internacional e de ações humanitárias em áreas vulneráveis, como é o caso do Haiti.

A hipótese desta seção vai além da lógica das dinâmicas particulares: entende-se que a intensificação dos deslocamentos do tipo Sul-Sul não se trata de uma dinâmica particular, mas de uma reinversão dos padrões migratórios.

Vimos que os principais impactos da globalização desigual estão nas transformações das estruturas de produção e dos mercados de trabalho e, conseqüentemente, na produção de desigualdades sociais que influenciaram diretamente as migrações no mundo (CASTLES; HAAS; MILLER, 2014).

A partir dos anos 70, acentuou-se a divisão internacional do trabalho e a deterioração dos termos de troca: os países do terceiro mundo baseados em um modelo agroexportador e produtor de manufaturas encontravam-se em posição de inferioridade socioeconômica e de dependência das economias centrais, produtoras de artigos industrializados – os quais possuíam valor agregado – e detentoras do conhecimento sobre a tecnologia.

A produção e exportação de matéria agrícola concentrou a propriedade rural nas mãos de poucos/as latifundiários/as, enquanto os/as pequenos/as produtores/as, falidos/as, migraram para as grandes cidades como São Paulo e Cidade do México. Houve um inchaço urbano nas grandes aglomerações e a marginalização social e política tornou-se latente. As reformas institucionais deste

processo que incluíam o corte de despesas sociais de base, leis de mercado mais flexíveis e privatização, de tudo, inclusive dos serviços básicos como a água, saúde, moradia, transporte e educação, contribuíram para a produção de diversas tensões sociais, do aumento do desemprego e de trabalhadores/as no setor informal da nova população urbana, agravando, assim, a situação de mendicância e de extrema pobreza nas cidades.

Tais condições de insegurança e vulnerabilidade conformam importantes motores para se buscar melhores condições de vida fora de casa (CASTLES; HAAS; MILLER, 2014). Guardando as particularidades de cada local, e considerando nosso lugar de fala (Brasil), entende-se que tais dinâmicas se deram de forma bastante semelhante na América Latina. Não impressiona que os impactos da investida neoliberal no caso específico da Bolívia tenham repercutido em nosso objeto de pesquisa: os efeitos sociais, econômicos e políticos do neoliberalismo na Bolívia influenciaram, como veremos mais adiante, significativamente a migração massiva desta população com direção ao Brasil.

Assim, uma forte onda migratória é impulsionada por esses fatores, principalmente no contexto dos anos 80. Inicialmente, correspondia a fluxos que saíam do sul em direção ao norte global. Mas a crescente criminalização das migrações, a superexploração e flexibilização do trabalho, a discriminação e xenofobia, a negação de direitos, a extradição compulsória, o enrijecimento das fronteiras do “Norte”, a abstenção de responsabilidade dos Estados frente às mortes e violações decorrentes do atravessamento das fronteiras, as crises estruturais da última década, as medidas de austeridade que afetaram diferenciadamente os/as imigrantes unidos à especificidade da realidade sociocultural dos países de origem e destino, que são, claramente, muito heterogêneos, e à preponderância política e econômica dos países dos países emergentes – como os BRICS – em suas regiões, entre outros fatores, contribuíram para que hoje seja possível afirmar que os principais fluxos migratórios se dão entre países do sul global (OIM, 2013). Segundo relatório da Organização Internacional do Trabalho (OIT), as migrações Sul-Sul e Norte-Sul, já representam, cada uma, 30% do total de migrações no mundo (OIT, 2013).

A reinversão dos fluxos migratórios também tem relação com a “infraestrutura” da globalização explicitada por Held (1999), a qual nos referimos anteriormente, e que se reinventou ao longo da história. Em 1850, o traslado que

levava espanhóis até o Rio da Prata fazia este percurso em 50 dias. Esta viagem se reduziu para 20 dias em 1870, 13 dias em 1930 e hoje leva menos de 20 horas.

É quase intuitivo afirmar que, ainda hoje, imigrantes provenientes no Sul global se deslocarão, obrigatoriamente, para o Norte. Os países em desenvolvimento não costumam ser objeto de análise enquanto receptores de migrantes, mas apenas enquanto emissores: o estudo das migrações com direção aos países em desenvolvimento tem sido subteorizada e invisibilizada. Em suma, sua importância é subestimada e, um de nossos objetivos, é torná-la evidente.

### 3.2.1

#### Principais dinâmicas dos deslocamentos “Sul-Sul”

Transpondo a análise das migrações Sul-Sul para o objeto do presente estudo, foi possível observar quatro principais dinâmicas que sustentam a premissa de que os fluxos dessa natureza estão se tornando o novo padrão e paradigma migratório: a atração de fluxos pelos países emergentes, tomando como exemplo os BRICS; as iniciativas de promoção de integração regional, as quais têm ditado os fluxos regionalmente; o papel preponderante do Brasil na América Latina; as cidades globais, as quais têm operado como um polo atrativo de imigrantes em todo o mundo e, aquelas inseridas nos países do sul, têm sido os principais destinos regionais (como é o caso de São Paulo). Para este último fator, dedicaremos um item a ele exclusivo.

O protagonismo político e econômico do bloco, composto pelo Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, é evidente: detêm  $\frac{1}{4}$  da economia mundial, representam 29,5 % do PIB/PPC mundial, e têm dados indícios (ao menos discursivos) de crescente potencial de fazer frente econômica e politicamente aos Estados Unidos. Os BRICS, juntamente aos demais “intermediários” do G20, comportam 85% da produção mundial, 90% do PIB mundial e dois terços da população do planeta: o grupo dos 20 é notavelmente um grupo minoritário e, ao mesmo tempo, hegemônico – indubitavelmente, esta preponderância que envolve um desenvolvimento econômico exponencial nos últimos anos, têm influenciado diretamente os fluxos migratórios.

Na África do Sul, país historicamente receptor de imigrantes, percebe-se um incremento de pedidos de refúgio, que unidos àqueles, têm caracterizado o país como um dos principais destinos da região. Apenas em 2009, a África do Sul recebeu 220 mil pedidos de refúgio, um número quatro vezes maior que dos Estados Unidos (UNHCR, 2011).

Na China, onde há fortes ondas emigratórias e onde a imigração é caracteristicamente interna, tem sido também, um dos maiores destinos de migrações internacionais do mundo. Em 2010 a Ásia abrigou cerca de 27,5 milhões de imigrantes – 13% do total de imigrantes no mundo (214 milhões). Dentre eles/as, 9 milhões encontravam-se na Índia, 7 milhões em Bangladesh e 6 milhões na China<sup>14</sup>.

Neste contexto, a Índia, um dos países que mais envia “cérebros” para os países centrais – profissionais altamente qualificados/as –, na medida em que seu desenvolvimento econômico exige maiores contingentes de profissionais com todos os níveis de qualificação, esta tem se tornado uma preocupação cada vez maior. Por isso, o país tem adotado medidas de atração de “cérebros” de todo o mundo, bem como de retorno dos seus<sup>15</sup>.

A Federação Russa e a Ucrânia representam os principais emissores de imigrantes, desde o ano 2000. Milhões de pessoas se deslocaram dentro e entre os países sucessores da maior formação da União Soviética. A Rússia se tornou, assim, o maior país de imigração, 2 milhões de pessoas deixaram país, sem contar mais um milhão de refugiados/as de diversos conflitos e 700 mil deslocados/as devido a fenômenos ecológicos, principalmente vítimas do desastre de Chernobyl, de 1986.

---

<sup>14</sup> Aliás, quatro dos 10 principais corredores migratórios do mundo incluem países asiáticos: Bangladesh-Índia (3,5 milhões em 2005); Índia-Emirados Árabes (2,2 milhões); Filipinas-Estados Unidos (1,6 milhões); e Afeganistão-Irã (também 1,6 milhões) (OIM, 2010: 167 apud CASTLES; HAAS; MILLER, 2014).

<sup>15</sup> “Regional migration flows are becoming far more diverse and India, Japan, Singapore, Taiwan, Korea and Malaysia are all seeking overseas professionals – either on a temporary or permanent basis. Like older immigration countries, they have introduced privileged immigration and residence regimes for the highly skilled [...] Skilled migrants may come back to their homelands if opportunities present themselves. The return of Indian IT professionals from the USA and other destinations has been a crucial factor in the rise of the Indian IT industry. Governments seek to encourage such returns through diaspora policies” (CASTLES; HAAS; MILLER, 2014: 162).

Ao mesmo tempo, o papel preponderante da Federação Rússia na região tem atraído contingentes crescentes de imigrantes provenientes de países da ex-união soviética (como o Cazaquistão, Uzbequistão, Ucrânia e Tajiquistão) e da China<sup>16</sup>.

No que diz respeito aos objetivos de integração regional que têm sido nutridos na América Latina, pode-se afirmar que influenciam significativamente os fluxos regionais. Em primeiro lugar em decorrência da formação de blocos regionais, que possibilitam uma regulação padrão das políticas migratórias entre os membros, além de serem fortalecidos por uma diversidade de acordos comerciais, mas também de regularização migratória<sup>17</sup>.

Formações regionais como União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), Cúpula da América Latina e do Caribe (CALC), Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), Comunidade Andina de Nações (CAN), têm protagonizado a história da integração regional na América Latina, em alguns pontos aproximando-se dos ideais de uma só América, em outros se aproximando dos ideais liberais de uma América Latina segmentada e de securitização de suas fronteiras. Assim, no balanço, os mecanismos presentes nessas formações voltados para a questão migratória têm beneficiado milhares de imigrantes que se deslocam intraregionalmente na atualidade, mas de maneira ainda muito restrita, restando muito que avançar regionalmente em matéria de migrações.

No âmbito das Reuniões de Ministros do Interior (RMI) do MERCOSUL, foi assinado, em 2002, na cidade de Salvador o Acordo de Livre Trânsito e Residência para Nacionais dos Estados Partes do MERCOSUL. Desde então, iniciativas bilaterais foram fortalecidas, e outros diversos acordos foram assinados bilateralmente. Além disso, Estados associados passaram a se beneficiar do Acordo do MERCOSUL, como é o caso da Bolívia, do Chile, Peru e Colômbia.

Alguns dos principais avanços do Acordo do MERCOSUL dizem respeito a uma diversidade de direitos sociais que ali estão previstos, como o direito de

---

<sup>16</sup> É importante ter em mente que países como: “*Argentina, Venezuela, Brazil, South Africa, Côte d’Ivoire, Nigeria, Libya, Egypt, Yemen, Turkey, India, Russia, Malaysia, Singapore, Thailand and the entire Gulf region host significant immigrant communities and also deal with issues of settlement and ethnic minority and community formation*” (CASTLES; HAAS; MILLER, 2014: 55-56).

<sup>17</sup> Para mais informações acessar: <http://www.itamaraty.gov.br/temas/america-do-sul-e-integracao-regional>.

exercer qualquer atividade laboral, desde que lícita nos termos na legislação nacional; direito à reunificação familiar; direito à igualdade de tratamento; direito a transferir remessas. Foi uma importante medida para se combater a migração irregular, o tráfico de pessoas, prevenir o trabalho análogo ao trabalho escravo (ILLES, 2012).

No entanto, como lembra Illes (2012), a dimensão social somente aparece anos depois da assinatura do Acordo, com a criação do FOCEM (Fundo Para a Convergência Estrutural do MERCOSUL), a Carta Laboral do MERCOSUL, em 2002, o Foro de Migração, na Reunião de Ministros do Interior, as Cúpulas Sociais do MERCOSUL. Fortalece-se com a criação do Instituto Social do MERCOSUL, o estabelecimento da Comissão de Coordenação de Ministros de Assuntos Sociais do MERCOSUL, o Instituto de Direitos Humanos do MERCOSUL.

Ainda como menciona o autor, atualmente tem sido discutido um estatuto de cidadania mercosulina, tema que já soa contraditório frente aos avanços nesta área também na CAN.

Arriscaria dizer que o Tratado da UNASUL (União das Nações Sul-americanas), já ratificado e vigente na região sintetiza o desejo de uma cidadania regional ao evocar a participação plena da cidadania e garantir um tratamento adequado, bem como assume o compromisso de dar respostas às propostas oriundas da cidadania (ILLES, 2012)<sup>18</sup>.

No Brasil, o mais próximo que chegamos de uma livre-circulação foi a ratificação, em julho de 2013, de Acordo entre a República Federativa do Brasil e a República Oriental do Uruguai sobre Residência Permanente com o Objetivo de Alcançar a Livre Circulação de Pessoas<sup>19</sup>.

Em referência às relações Brasil-Bolívia desde 2004 estão vigentes o Acordo sobre Facilitação para o Ingresso e Trânsito de seus Nacionais em seus territórios e o Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos.

---

<sup>18</sup> Vale destacar alguns espaços de incidência regional como: O Conselho Brasileiro do Mercosul Social e Participativo, o Fórum Social por Direitos e Integração dos Imigrantes no Brasil, as Cúpulas Sociais do Mercosul, onde foram organizados três encontros de Migrantes do Mercosul e o Fórum Social Mundial de Migrações (FSMM). Fórum Andino de Migrações, o Fórum Especializado Migratório do Mercosul (FEM), a Conferência Sul-Americana de Migrações.

<sup>19</sup> Disponível em: <http://dai-mre.serpro.gov.br/>.

Também se identificou, como fruto da integração regional, um aumento das relações diplomáticas e o compartilhamento do entendimento das migrações: como um fenômeno que deve ser entendido pelo viés dos direitos humanos e não da criminalização dos fluxos. Nesse sentido, caminhamos juntos aos demais países da América Latina no que se refere à não criminalização das migrações<sup>20</sup>.

O tema da rejeição de imigrantes latino-americanos/as e tantos/as outros/as provenientes do “sul” global, nos países centrais, chegou a um ponto extremo de violação, de indiferença, de abuso do poder, de descortesia. As políticas de segurança que permitem a rejeição demonstram um alto grau de consenso social, e têm atuado como um amplificador da censura, ainda mais dos grandes meios de comunicação, que na maioria dos casos, têm preferido o silêncio; em suma, o esquecimento.

A exemplo disso, desde 1988, ao menos 18.673 migrantes africanos/as morreram no mediterrâneo na tentativa de cruzarem o mar em busca de asilo ou refúgio no continente europeu; 2.352 apenas em 2011. Outros/as milhares foram presos/as pelas forças das fronteiras, em enfrentamento declarado ao atual “inimigo absoluto a ser combatido”. As autoridades, signatárias de acordos inescrupulosos e violadores do direito internacional não só buscam invisibilizar tais agressões, como muitas vezes as traduzem em discursos “justificáveis”.

Tratando-se de “ilegais” em território alheio nada mais justificável que expulsá-los/as em nome dos próprios direitos humanos ou da segurança/soberania nacional, pela proteção da população nacional e contra a entrada massiva de trabalhadores/as “indesejáveis”, e tudo isso conquistado com o respaldo da lei do moderno e soberano Estado-nação (como a Lei Bossi-Fini de 2002 na Itália; a de proibição do uso da burca na França; a criação e manutenção de inúmeras casas de detenção de migrantes em toda a Europa). O princípio de soberania nacional não

---

<sup>20</sup> A securitização se expressa no que Saskia Sassen (2006) denomina “reterritorialização” das políticas migratórias. Controlar as fronteiras faz parte de um projeto do Estado soberano fidedigno da corrente realista das RI, ator principal do sistema internacional e centrado na defesa de seus interesses nacionais. O controle da fronteira e a política de “apagamento” do/a imigrante adotados pelo Estado Norte-Americano – por exemplo – ou as prisões compulsivas na costa europeia, ilustram a conduta de criminalização do fenômeno migratório. Por outro lado, nota-se um crescente consenso acerca dos direitos humanos dos/as migrantes, legitimados a nível mundial por declarações, tratados, protocolos internacionais. Um ponto de grande destaque na análise de Mármora é a promulgação da Lei nº 25.871/2004, na Argentina, e do subsequente programa chamado “Pátria Grande”, que permitiu muitos avanços, cujo eixo principal é a defesa dos direitos humanos. Para Mármora (2011), essa lei “reforça a democracia e a participação dos cidadãos, com a ratificação de vários instrumentos e acordos, com a evolução dos espaços e de integração e de consenso multilateral adotados tanto no Cone do Sul, como em toda a América do Sul” (MÁRMORA, 2011).

possui expressão mais manifesta do que no direito de restringir os/as seus/suas membros/as e de determinar seus/suas inimigos/as; de dizer quem está dentro e quem deve permanecer fora.

As leis nacionais que respaldam a rejeição de migrantes<sup>21</sup> juntamente às guerras tidas como legítimas no pós 11 de setembro protagonizadas pelos EUA (principais protetores de prisões que praticam abertamente a tortura, como Guantánamo e Abu-Ghraib), representam um retrocesso à tendência internacional de fortalecimento de normas jurídicas para a preservação dos direitos humanos<sup>22</sup>, desde a elaboração da Carta das Nações Unidas 1945, da Convenção de Genebra de 1949, da criação do Tribunal Penal Internacional *ad hoc* para os crimes contra a humanidade nos anos 90, até a criação da Corte Penal Internacional de 1998, entre outras muitas resoluções.

Com tantos retrocessos nos países que num passado recente foram referência e protagonistas de ideais de liberdade e direitos humanos, estar imigrado/a em países da América Latina, para muitos/as, é estar em casa.

Cabe ressaltar que, os objetivos de integração regional podem ser contraditórios, principalmente se tratamos de um país que vem assumindo recentemente uma posição de destaque no cenário internacional, como o Brasil e que tem interesses claros, políticos e econômicos na região, ao mesmo tempo em que possui uma percepção mundial de proporcionar acolhida “cordial” aos cidadãos das origens mais diversas. Ou seja, apesar do discurso brasileiro de receptividade e abertura aos/às estrangeiros/as, e do acordo de Livre Trânsito e Residência assinado conjuntamente com os países membros do Mercosul, Bolívia e Chile, assistimos o recrudescimento da presença militar em nossas fronteiras

---

<sup>21</sup> A criminalização da imigração tem sido objeto de numerosos estudos ao redor do mundo. Recentemente, constituiu-se uma rede internacional de pesquisadores/as dedicados/as às diversas vertentes do que chamam de “crimigração” ou *crimmigration*. Outra ação de crimigração em debate nos Estados Unidos é a recente lei do estado do Arizona, apelidada de “*show me your papers*”, que permite a qualquer policial abordar pessoas, sem motivo específico, e exigir a comprovação de que está em situação migratória regular. Para mais informações ver Stumpf (2005).

<sup>22</sup> “Resulta inegável que os EUA, pela gravitação e pelo alcance global de suas decisões estratégicas, militares e de segurança, têm sido os responsáveis maiores pela interrupção abrupta da tendência histórica de mais de meio século do Direito Internacional de estender ao máximo a proteção jurídica de todas as pessoas – inclusive de estrangeiros e ‘combatentes irregulares’” (GÓMEZ, 2009: 87).

terrestres, que impõe uma intensa fiscalização da circulação de pessoas na região, postura que não condiz com os acordos firmados<sup>23</sup>.

Com uma área de 8.515.767,049 km<sup>2</sup>, o Brasil é considerado um país de dimensões continentais, que faz fronteira com 10 dos 12 países da América do Sul e, com isso, o controle de suas fronteiras é relativamente precário (salvo em locais estratégicos e maior incidência migratória nas fronteiras) – por isso o aumento dos investimentos nacionais em recursos e esforços para o incremento da fiscalização em sua fronteira. Em sua maioria, a imigração no Brasil se concentra nas zonas fronteiriças, mas principalmente nas capitais.

Dentre o evidente aumento dos fluxos intrarregionais na América Latina, podem ser identificados alguns movimentos antigos e particulares – como o de paraguaios/as no Brasil ou a Argentina, a Venezuela e a Costa Rica como destinos preferidos (PERTICARA, 2009: 9), mas também movimentos recentes, caracterizando o Brasil “[...] como área de recepção crescente de bolivianos, chilenos, peruanos, uruguaios e colombianos.” (OIM, 2010: 28).

Já o fluxo extrarregional com direção ao Brasil também é crescente, mas corresponde a dinâmicas e natureza particulares, que transitam entre a migração econômica (em busca de melhores condições de vida e de trabalho) e a migração forçada, provenientes de perseguições, conflitos e crises humanitárias que tenham gerado graves violações de direitos humanos os caracterizam enquanto refugiados/as.

De acordo com o Relatório Mundial das Migrações, realizado pela Organização Internacional para as Migrações (OIM) em 2013, 214 milhões de pessoas se deslocaram de seus países em 2010 e este número vem crescendo. Dentre elas, 87 milhões se deslocaram de países do Sul global para outros também do Sul, segundo a classificação do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). As migrações Sul-Norte ocupam menos da metade dos fluxos migratórios, desmistificando a afirmação de que os movimentos migratórios oriundos dos países do chamado Terceiro Mundo em direção aos países desenvolvidos configuram a maioria nas tendências migratórias mundiais.

---

<sup>23</sup> Segundo informe do Ministério da Justiça, de 30 de agosto de 2014, este reforçou efetivo da Força Nacional na Fronteira, com o incremento de 162 integrantes. Segundo diretor-geral da Força Nacional de Segurança Pública, Alexandre Aragon, "Essa ação de fronteira é um programa prioritário do Governo Federal e estratégico neste momento de grandes eventos, em que o Brasil vira foco das atenções internacionais". Disponível em: <http://www.justica.gov.br/noticias/mj-reforca-efetivo-da-forca-nacional-na-fronteira>.

Ainda assim, esta rota de migrações continua a dominar as discussões políticas em torno do fenômeno (OIM, 2013: 77).

Desde a América Latina e o Caribe 7,7 milhões de pessoas imigraram em 2010 (ONU, 2013: 4). No Brasil os números são ainda mais reveladores. As migrações que têm o Brasil como destino cresceram 87% nos períodos de Censo, compreendidos entre 1995/2000 e 2005/2010 (IBGE, 2010 apud OIM, 2013: 79). Somente nos últimos cinco anos, foram recebidos/as cerca de 270 mil imigrantes.

O Censo Brasileiro de 2010 aponta um total de, aproximadamente, 268.4 mil imigrantes recentes no Brasil, quase o dobro do contabilizado no Censo de 2000 (143.6 mil). No entanto, as estatísticas governamentais são insatisfatórias uma vez que não contabilizam as/os imigrantes indocumentadas/os, impossibilitando assim a veracidade dos dados. Segundo estimativas da Pastoral do Migrante, entre documentadas/os e indocumentadas/os, concentram-se no Brasil um total aproximado de 1 a 1,5 milhões de imigrantes que, quantitativamente, entre os sexos, tendem ao equilíbrio (apud MARTES, 2009: 64).

Dentre as quatro principais origens destes/as imigrantes, duas são de países latino-americanos: Paraguai, Bolívia, Japão e Estados Unidos. O Perfil Migratório do Brasil de 2009 divulgou que no ano de 2000 totalizavam 144.234 imigrantes latino-americanos/as e caribenhos/as no Brasil (OIM, 2009: 83). Assim, o Brasil é hoje o terceiro país latino-americano que mais recebe migrantes internacionais. Recebeu cerca de 550 mil migrantes no ano de 2000, estando à sua frente somente a Argentina e a Venezuela. Após os anos 90, os/as imigrantes sul-americanos/as predominaram no Brasil, sendo quase 40% do total (PATARRA; BAENINGER, 2006: 90).

Com isso, entende-se que a atração massiva de imigrantes da região para o Brasil, conforme explicitado acima, tem relação intrínseca com seu papel de potência regional, sendo considerado, por alguns/mas autores/as, um que o país vem assumindo uma postura subimperialista<sup>24</sup>.

---

<sup>24</sup> Segundo Garcia (2012), para Ruy Mauro Marini “o sub-imperialismo é a forma que assume uma economia dependente, ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro, com um alto grau de concentração e centralização do capital, acentuado pelo investimento estrangeiro associado às empresas locais. Seus componentes principais são uma composição orgânica média dos aparatos produtivos na escala mundial e uma política expansionista relativamente autônoma, mas com sua integração no mercado determinada pelos países centrais. Para Marini, somente o Brasil, na América Latina, expressa plenamente essas condições”.

Para compreender a inserção brasileira, deve-se contar a história prévia entre os locais de origem e destino. Porque, em geral, a emergência de fluxos regulares de trabalho de tamanho estável e destino conhecido requer uma penetração previa pelas instituições do país mais *forte* economicamente nesse país mais *fraco* e emissor de mão de obra.

*Migration to the hegemonic center emerges as plausible option for the subordinate population. The process of external penetration and internal imbalancing of labor-exporting areas has taken very different forms, however, during history of capitalism. Conquest and slave trade involved the partial penetration of outlying areas to the expanding capitalist world economy and resulted in coerced labor flows from them* (PORTES, 1999: 608).

Assim, se por um lado, há um crescente recrutamento laboral, de caráter precário, flexível e informal, a penetração externa prévia, de forma sucessiva (desde a coerção física, o induzimento econômico ou a difusão cultural) representa fator decisivo para a chegada de bolivianos/as no Brasil e São Paulo. “*Thus, external penetration in its successive forms – from physical coercion to economic inducement to cultural diffusion – has been a precondition for the initiation of international labor flows under capitalism*” (PORTES, 1979: 609).

A internacionalização de empresas brasileiras, decorrente da formação de monopólios no mercado doméstico e de políticas públicas proativas – principalmente a partir do primeiro governo Lula – está relacionada à busca do país pela “*diversificação de relações político-comerciais, com a ampliação e o aprofundamento dessas relações com outros países e regiões do Sul, que formam as bases a partir das quais o país busca ter maior participação e incidência nas instâncias globais*” (GARCIA, 2012). A emergência do Brasil na região e no mundo é resultado de um projeto político e econômico.

Conforme coloca Garcia (2012) este novo estágio do desenvolvimento brasileiro, está unido a uma “necessidade” de consolidar um núcleo “empresarial nacional forte”, com notório interesse em acumular poder regionalmente utilizando do discurso e percepção externa da receptividade, da “amizade”, da “integração solidária”.

Entretanto, acomodações e concessões aos interesses de outros países são feitas sempre de modo a não tocar ou alterar os interesses fundamentais dos setores econômicos do Brasil, como foi o caso dos desfechos das negociações da Petrobras

na Bolívia, da Odebrecht no Equador e das alterações no contrato de Itaipu com o Paraguai. Seu papel complexo e muitas vezes paradoxal na região torna o Brasil “ao mesmo tempo imperialismo e motor imprescindível para a integração” [...] Segundo Luce, é possível ao Brasil exercer controle sobre os bens naturais e territoriais dos países vizinhos mediante a importação de energia barata, pressionando por novos megaprojetos, como grandes hidrelétricas no Peru, Bolívia, América Central, além dos projetos de etanol, gás e petróleo. Ademais, esse controle é exercido através da reconfiguração de territórios para escoamento da produção brasileira, como no caso das grandes estradas, pontes e projetos de infraestrutura portuária no marco da IIRSA (GARCIA, 2012).

A presença de empresas brasileiras na Bolívia (mas também em outros países da América Latina e também da África) como a Eletrobrás, a Alstom, a OAS, a Queiroz Galvão, a Votorantim, a AmBev, Camargo Correa, Odebrecht, Andrade Gutierrez, Petrobrás, (com especial destaque para as construtoras responsáveis por obras de infraestrutura, como rodovias e usinas hidrelétricas e a Petrobrás) tem gerado importantes impactos na sociedade, ocasionando, em consequência, reações da mesma, como foi o caso da mudança de legislação para a nacionalização dos hidrocarbonetos, em 2006, e o protesto da sociedade civil aos impactos socioambientais das usinas hidrelétricas construídas pelas empresas brasileiras.

O simbolismo e imagem do Brasil, devido à sua penetração na região, mais que o real recrutamento de mão de obra precarizada, representam importantes impulsionantes para os movimentos regionais, pois, no imaginário de muitos/as imigrantes, conforme veremos mais adiante, estão se deslocando para um lugar muito semelhante ao “norte”: para o “centro” do “sul”.